



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



## TERMO DE CONTRATO Nº 04/2026

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

### CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SERGIPE

(Processo Administrativo nº 06/2026)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE – CRF/SE E A EMPRESA ALCÂNTARA CONTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA.**

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE – CRF/SE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 13.075.981/0001-88 doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente DANIEL ANDRADE DE OLIVEIRA, brasileiro, farmacêutico, casado, inscrito no CPF/ MF sob o n.º XXX.554.565-XX, com domicílio profissional no endereço Av.Gov. Paulo Barreto de Menezes, n.º 352, Bairro 13 de Julho, Aracaju - SE – CEP: 49.020-010, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ALCÂNTARA CONTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.575.826/0001-68, com sede na Avenida Jorge Amado, nº 1565, sala 04 e 06, CEP 49.025-330, Jardins, Aracaju/SE, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Lorena Alcantara Silva, CPF nº 084.XXX.XXX-80, conforme contrato social da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 06/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 03/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para a inscrição e participação presencial dos servidores públicos do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe no curso “LICITA SERGIPE 2026”, a ser realizado no período de 21 e 22 de maio de 2026, em Aracaju/SE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Inscrição e participação presencial dos Servidores, no curso “LICITA SERGIPE 2026”, a ser realizado no período de 21 e 22 de maio de 2026, em Aracaju/SE.	Serviço	3	R\$ 2.490,00	R\$ 7.470,00

1 de 7



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



<b>TOTAL</b>	<b>RS 7.470,00</b>
--------------	--------------------

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- A Autorização de Contratação Direta;
- A Proposta do CONTRATADO;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura até a conclusão integral do objeto, limitada ao prazo máximo de 30 (trinta) dias.

A execução do objeto ocorrerá nos dias 21 e 22 de maio de 2026.

A vigência contratual poderá permanecer ativa exclusivamente para fins de liquidação da despesa, emissão de certificado, recebimento definitivo e demais atos administrativos necessários ao encerramento da contratação.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

O valor total da contratação é de **R\$ 7.470,00 (sete mil, quatrocentos e setenta reais)**.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/05/2026.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Indicar formalmente os servidores participantes da capacitação que participarão do curso objeto da presente contratação.
- 8.1.2. Comunicar formalmente a Contratada qualquer falha verificada no cumprimento da execução contratual.
- 8.1.3. Encaminhar à contratada a Nota de Empenho ou documento equivalente, em tempo hábil, para fins de confirmação da inscrição dos servidores indicados no curso objeto da contratação.
- 8.1.4. Efetuar o pagamento da inscrição conforme as condições pactuadas.
- 8.1.5. Acompanhar e registrar a execução do objeto para fins de controle e prestação de contas.
- 8.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, dos serviços em desacordo com o objeto da contratação.
- 8.1.8. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas.
- 8.1.9. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências.
- 8.1.10. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao serviço prestado, no prazo e forma estabelecidos neste termo.
- 8.1.11. Adotar todas as providências administrativas, se necessário judiciárias, visando ao cumprimento integral das obrigações e dos direitos das partes, devidamente acordadas no Contrato.
- 8.1.12. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1.1 Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- 9.1.2. A contratada deverá executar os serviços descritos no presente TR e outros que, porventura, venham a ser fazer necessário durante o decorrer do período por exigências legais.
- 9.1.3. Dar plena garantia sobre a qualidade dos serviços prestados, conforme Lei no 8.078, de 11/09/1990 –Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.
- 9.1.4. Disponibilizar aos participantes espaço adequado para a realização do evento durante os dois dias programados, assegurando o fornecimento de certificado digital com carga horária total de 18 (dezoito) horas, bem como de alimentação (almoço e lanches), material apoio, além de materiais promocionais de patrocinadores.
- 9.1.5. Responsabilizar pelo pagamento, alimentação e transporte do instrutor.
- 9.1.6. Garantir a realização da programação conforme divulgada.
- 9.1.7. Emitir certificado de participação/conclusão.
- 9.1.8. Disponibilizar os benefícios adicionais informados no ato da inscrição.
- 9.1.9. Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.



- 9.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.
- 9.1.11. Iniciar a prestação de serviços a partir da assinatura do contrato, obedecendo o cronograma e as condições estabelecidas pela Administração.
- 9.1.12. Manter, durante toda execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas.
- 9.1.13. Executar devidamente o objeto descrito na cláusula correspondente do presente contrato, observando rigorosamente as exigências legais.
- 9.1.14. A contratada deverá comprovar, através de declarações ou outro documento justificável, que não está impedida de contratar com a Administração Pública.
- 9.1.15. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da contratação.
- 9.1.16. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar inclusos no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, honorários, mão-de-obra, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega do objeto.
- 9.1.17. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente ao contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.
- 9.1.18. Cumprir fielmente todas as disposições deste Termo de Referência, bem como as disposições contratuais, as quais farão parte indivisível das obrigações da Contratada.
- 9.1.19. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.1.20. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 9.1.21. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA**  
**CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE**



A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

O presente contrato extinguir-se-á automaticamente com a execução integral do objeto contratado e o correspondente pagamento, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral de seu objeto:

- I – por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;
- II – unilateralmente pela Administração, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021;
- III – em razão do descumprimento de obrigações contratuais pela CONTRATADA;
- IV – por caso fortuito ou força maior regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto.

A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

Na hipótese de cancelamento, adiamento ou impossibilidade de realização do evento por fato imputável à CONTRATADA, esta ficará obrigada à restituição integral dos valores eventualmente pagos pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disposições dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a natureza específica do objeto e a execução imediata e delimitada da presente contratação, somente serão admitidas alterações que não descaracterizem o objeto contratado nem comprometam a finalidade da capacitação.

As alterações eventualmente necessárias deverão ser formalizadas mediante termo aditivo, observada a prévia justificativa e autorização da autoridade competente.

Os acréscimos ou supressões quantitativas eventualmente necessários observarão os limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

Poderão ser realizados por apostilamento os registros que não caracterizem alteração contratual, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão a expensas da seguinte dotação orçamentária:

**6.2.2.1.1.01.04.04.005.011 – Serviços de Seleção, Treinamento e Orientação Profissional**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE**



A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do orçamento anual e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Aracaju (SE), 19 de maio de 2026.

DANIEL ANDRADE DE OLIVEIRA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE – CRF/SE  
CONTRATANTE

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SERGIPE

LORENA ALCANTARA SILVA  
ALCÂNTARA CONTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA  
CONTRATADA